

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E
COMÉRCIO DE PROTÉINAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTEÍNAS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. .

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in blue ink that reads 'Luiz Fernandes Carvalho Tenório'.

Luiz Fernandes Carvalho Tenório
Contador CRC 1 SP 264072/O-9

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTÉINAS S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.794	3.159
Contas a receber	5	5.205	5.569
Estoques	6	6.269	6.259
Impostos a recuperar	7	3.137	2.642
Outros ativos		843	213
		<u>18.248</u>	<u>17.842</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais		1.070	919
Investimento		1	1
Imobilizado	9	73.367	80.505
Intangível	10	103	174
		<u>74.541</u>	<u>81.599</u>
Total do ativo		<u>92.789</u>	<u>99.441</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTÉINAS S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Passivo de arrendamento	9.1	-	119
Fornecedores	11	2.680	2.655
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	4.343	4.077
Outras contas a pagar		691	386
		<u>7.714</u>	<u>7.237</u>
Não circulante			
Partes relacionadas	8	-	34.128
Provisão para riscos processuais fiscais, trabalhistas e cíveis	13	1.931	1.959
		<u>1.931</u>	<u>36.087</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	438.621	392.420
Prejuízos acumulados		(355.477)	(336.303)
		<u>83.144</u>	<u>56.117</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>92.789</u>	<u>99.441</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTÉINAS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	16	64.350	42.415
Custo dos produtos vendidos	17	(68.929)	(55.479)
Prejuízo bruto		(4.579)	(13.064)
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas vendas	17	(2.007)	(1.526)
Despesas administrativas e gerais	17	(11.914)	(10.757)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	(823)	(1.445)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		(19.323)	(26.792)
Despesas financeiras	18	(51)	(69)
Receitas financeiras	18	254	87
Variação cambial líquida	18	(54)	49
Resultado financeiro líquido		149	67
Prejuízo do exercício		(19.174)	(26.725)
Prejuízo por ação		(0,0560)	(0,0780)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTÉINAS S.A.

Demonstrações do resultado abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(19.174)	(26.725)
Outros resultados abrangentes:		
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	<u>(19.174)</u>	<u>(26.725)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTÉINAS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	392.420	(309.578)	82.842
Aumento de capital	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(26.725)	(26.725)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	392.420	(336.303)	56.117
Aumento de capital	46.201	-	46.201
Prejuízo do exercício	-	(19.174)	(19.174)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	438.621	(355.477)	83.144

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTÉINAS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais		(19.174)	(26.725)
Prejuízo do exercício			
Ajustes para conciliar o prejuízo pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	9 e 10	10.828	10.884
Juros apropriados sobre arrendamentos	9	2	-
Provisão para riscos processuais fiscais, trabalhistas e cíveis	13	(28)	414
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber e outros ativos		(266)	467
Estoques		(10)	602
Tributos a recuperar		(495)	1.582
Depósitos judiciais		(151)	(380)
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar		25	(695)
Obrigações trabalhistas e tributárias		266	954
Outras Contas a Pagar		305	385
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(8.698)</u>	<u>(12.512)</u>
Fluxo de caixa decorrente de atividade de investimento			
Acrécimo do imobilizado	9	(3.619)	(2.764)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(3.619)</u>	<u>(2.764)</u>
Fluxo de caixa decorrente de atividade de financiamento			
Aumento do capital social		46.201	-
Amortização de arrendamentos		(121)	119
Partes relacionadas		(34.128)	17.682
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>11.952</u>	<u>17.801</u>
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		<u>(365)</u>	<u>2.525</u>
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		3.159	634
No final do exercício		2.794	3.159
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		<u>(365)</u>	<u>2.525</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado constituída em julho de 2007, tendo como objetivo social principalmente o processamento e industrialização de proteínas e produtos alimentares transformados para o mercado brasileiro e estrangeiro e a comercialização e exportação de proteínas preparadas e congeladas. Desta forma, produz e comercializa produtos à base de carne bovina, suína e frangos. Possui produção para escalas diversas que visam abastecer o mercado interno e externo de produtos para o segmento de Food Services.

A Companhia tem sua sede social localizada em Barretos - SP, na Rua João Ribeiro do Nascimento, 355, Chácara Minerva, CEP: 14781-530.

A Companhia tem sofrido prejuízos operacionais e apresentado deficiência de capital de giro, prontamente suprida por seus controladores. O plano da Administração para melhoria contínua dos negócios, prevê maior utilização da capacidade nominal da planta após a maturação dos investimentos realizados nos exercícios 2021 e 2022. Com isto, a Companhia entende que não há nenhum evento ou dúvida significativa que possa vir a modificar a avaliação da Administração quanto a continuidade normal da operação e, conseqüentemente, a utilização do pressuposto de continuidade para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

A Companhia mantém relações e transações relevantes com partes relacionadas, que representam, substancialmente, transações comerciais e de captação de recursos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de registros separados mantidos pela Companhia, os quais não necessariamente indicam as condições que teriam existido ou os resultados das operações que poderiam ter sido obtidos, caso as transações tivessem sido efetuadas apenas com partes não relacionadas.

COVID-19

Impactos econômicos

A pandemia obrigou a Companhia a proceder com adequações em suas instalações, bem como incorrer em algumas despesas relacionadas a aquisição de EPIs, testagem de funcionários e iniciativas de apoio a comunidade, relacionadas a doações de equipamentos, alimentos e utensílios de saúde e higiene pessoal. Até 31 de dezembro de 2022, não houve montantes significativos de gastos relacionados à COVID-19 (R\$ 352 em 31 de dezembro de 2021).

Apesar de um cenário de incertezas, resultante da pandemia, a administração da Companhia priorizou a identificar riscos, avaliação dos impactos e adaptar das operações. Todos os nossos esforços foram direcionados para assegurar a oferta dos produtos, e, ao mesmo tempo, proteger os colaboradores e apoiar nossos clientes e fornecedores.

A Companhia segue com a contribuição ao combate do novo Coronavírus, por meio de ações de solidariedade, doações e apoio as nossas comunidades. A Administração da Companhia avaliou, com base nas informações disponíveis, os impactos causados pela Covid-19 nas operações e na posição financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e concluiu que, até a presente data, não existem atualizações relevantes a serem divulgadas.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia e suas atividades, sendo assim as demonstrações contábeis, foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação as normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

As Demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2023.

3. Resumo das principais políticas contábeis

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros e ativos biológicos, os quais são mensurados pelo valor justo.

b) Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisitadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações contábeis de liquidez imediata. Vide Nota Explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão de acordo com o pronunciamento contábil adotado a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, no qual todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

e) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

Reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias:

- i) Ativos mensurados ao custo de amortização;
- ii) Valor justo por meio do resultado; ou
- iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

- Custo de amortização: os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) os ativos financeiros forem mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia reconhecerá suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado.

- Valor justo por meio do resultado: os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, impairment justamente com outros resultados líquidos diretamente no resultado;
- Valor justo por meio do resultado abrangente: os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas a juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida: rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "Outros resultados abrangentes". (Na renúncia do reconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; ou ii) instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento.

Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

- Desreconhecimento ativos financeiros: os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a entidade detiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- Passivo financeiro ao custo amortizado: a Companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos e contratos de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e fornecedores. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores;
- Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado: os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado;
- Desreconhecimento de passivos financeiros: os passivos financeiros são baixados apenas quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também renuncia o reconhecimento de um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j) Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das informações contábeis. É constituída Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração com o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo.

k) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e pelas eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existente.

l) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em data anterior à promulgação da Lei nº11.638/2007, vigente desde 1º de janeiro de 2008, desta forma, não se fazendo necessária à época a avaliação do custo atribuído (*Deemed Cost*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis estão sendo capitalizados desde 1º de janeiro de 2009.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil, são registrados como um direito de uso reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou prazo de arrendamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com base nas vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas pela Administração da Companhia, apoiada em estudos técnicos para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
	Ao ano	Ao ano
Edificações	4,99%	3,04%
Máquinas e equipamentos	8,81%	7,90%
Moveis e utensílios	9,77%	9,47%
Computadores e periféricos	19,49%	19,46%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são atualizados e revistos a cada encerramento de exercício e, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

m) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução do seu valor recuperável.

n) Redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment test*")

Ativos financeiros

A Companhia avalia anualmente se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável quando houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e se verificando que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, imediatamente é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo, ou de uma determinada Unidade Geradora de Caixa (UCG), é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, definidos em um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa (UCG), conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

o) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia considerou o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 8% ao ano, apurada com base no custo médio ponderado de capital da Companhia, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão.

Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Companhia são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo da geração da informação supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados.

Os cálculos e análises são revisados trimestralmente.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido da Companhia são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

r) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

s) Benefícios a empregados

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos dos respectivos pronunciamentos contábeis.

t) Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas pelo valor da contrapartida à qual a Companhia espera ter direito, deduzidas de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a Companhia satisfaça sua obrigação de desempenho.

A abertura da receita de vendas está demonstrada na Nota Explicativa nº 16.

u) Novas normas, alterações e interpretações:

Durante o exercício de 2022, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2023 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações contábeis da adoção destas normas:

- Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis;
- Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis de políticas contábeis. Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis;
- Alteração da norma IAS 8 - Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis;
- Alteração da norma IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis.
- Alteração da norma IFRS 16 - Passivos de arrendamento mercantil em uma venda e arrendamento mercantil de retorno: Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações contábeis.
- Alteração da norma IAS 1 - Passivo Não Circulante com "Covenants": Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

v) Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos financeiros da Companhia compõem-se como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	13	11
Bancos conta movimento	32	37
Aplicações financeiras	665	1.321
Disponibilidades em moedas estrangeiras	<u>2.084</u>	<u>1.790</u>
Total	2.794	3.159
Aplicações financeiras		
Em moeda nacional:		
Certificado Depósito Bancário (CDB)	665	1.321
Total	<u>665</u>	<u>1.321</u>

Para fins de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa da Companhia, são considerados "Caixas e equivalentes de caixa" os saldos das contas de: (i) caixa e bancos; (ii) aplicações financeiras; e (iii) disponibilidade em moeda estrangeira, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata.

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTEÍNAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$ - exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Duplicatas a receber - mercado interno	1	66
Duplicatas a receber - mercado externo	-	313
Duplicatas a receber - partes relacionadas	5.204	5.190
Total	<u>5.205</u>	<u>5.569</u>

A Companhia realiza vendas com partes relacionadas com valores e condições normais de mercado.

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer:	5.205	5.569
Total	<u>5.205</u>	<u>5.569</u>

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor das contas a receber mencionadas acima. A administração da Companhia entende que não há riscos efetivo de eventuais perdas de contas a receber que necessite a constituição de Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

6. Estoques

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Almoxarifados e materiais secundários	6.269	6.259
Total	<u>6.269</u>	<u>6.259</u>

7. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS a recuperar	3.135	2.639
Imposto de renda e CSLL	2	3
Total	<u>3.137</u>	<u>2.642</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$ - exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, realizadas nas condições na descrição a seguir, estão sumarizadas em tabelas demonstradas a seguir, e compreendem:

	Mútuo a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Minerva S.A.		-	34.128
Total		-	34.128

Operações comerciais com partes relacionadas, inclusas nos saldos de contas a receber, fornecedores e receita operacional líquida:

	Contas a receber em clientes	31/12/2022	31/12/2021
Minerva S.A.		5.204	5.190
Total		5.204	5.190

	Contas a pagar em fornecedores	31/12/2022	31/12/2021
Minerva S.A.		145	2.315
Total		145	2.315

	Receita sobre vendas	31/12/2022	31/12/2021
Minerva S.A.		66.583	44.240
Total		66.583	44.240

	Compra de mercadorias/produtos	31/12/2022	31/12/2021
Minerva S.A.		774	2.172
Total		774	2.172

Todas as operações são realizadas de acordo com os parâmetros normais de mercado, tanto para preços como prazos.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e conselho da Administração que corresponde a benefícios de curto prazo foi de R\$ 3.284 no ano de 2022 e de R\$ 3.226 no ano de 2021.

No exercício de 2022, não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTEÍNAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$ - exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

a) Composição do imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021*

Descrição	% - Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2022 Líquido	31/12/2021 Líquido
Terrenos	-	381	-	381	381
Edificações	4,99%	46.204	(2.410)	43.794	45.994
Máquinas e equipamentos	8,81%	34.913	(8.009)	26.904	32.016
Moveis e utensílios	9,77%	423	(83)	340	423
Computadores e periféricos	19,49%	495	(138)	357	424
Imobilizações em andamento	-	1.591	-	1.591	1.150
Total		84.007	(10.640)	73.367	80.388

b) Movimentação sumária do imobilizado no exercício de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

	Terrenos	Edificações	Máq. e equip.	Móveis e utensílios	Computadores e perif.	Imob. em andament.	Total
Saldo 1º de janeiro de 2022	381	45.994	32.016	423	424	1.150	80.388
Adições	-	-	-	-	-	3.619	3.619
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	210	2.897	-	71	(3.178)	-
Depreciação	-	(2.410)	(8.009)	(83)	(138)	-	(10.640)
Saldo 31 de dezembro de 2022	381	43.794	26.904	340	357	1.591	73.367

c) Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de obras e instalações em andamento referem-se aos seguintes principais projetos: ampliações sala de máquinas para suprir a ampliação da capacidade de congelamento e estocagem de produtos acabados e câmara pulmão, atendimento às normas regulatórias (NR's), ambientais e de segurança do trabalho, benfeitorias para melhoria de eficiência operacional e atendimento aos mercados mais rentáveis, das plantas e centros de distribuições.

9.1. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da nova norma e optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos exercícios comparativos.

Os seguintes critérios foram adotados no reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes;
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pela Sociedade na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019:

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTEÍNAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$ - exceto quando indicado de outra forma)

- i. Contratos cujo prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento;
- ii. Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

A seguir, apresentamos a tabela com o resumo dos impactos na transição e movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

a) Direito de uso em arrendamento

	Máq. e equipam.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	117	117
Adições	-	-
Baixas	-	-
Depreciação	(117)	(117)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-

b) Passivo de arrendamento

	Máq. e equipam	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	119	119
Adição	-	-
Baixas	-	-
Juros apropriados no exercício (resultado)	2	2
Baixa por pagamento	(121)	(121)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-
Passivo circulante	-	-
Passivo não circulante	-	-
Total do passivo	-	-

10. Intangível

	31/12/2022	31/12/2021
Software	103	174
Total	103	174

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTEÍNAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$ - exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação no intangível durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 encontra-se demonstrada a seguir:

	Softwares adquiridos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	174	174
Amortização	(71)	(71)
Saldos em	<u>103</u>	<u>103</u>

11. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Nacionais	2.535	340
Partes relacionadas	145	2.315
Total	<u>2.680</u>	<u>2.655</u>

12. Obrigações trabalhistas e tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas		
Salários e <i>pró-labore</i>	165	166
Encargos sociais - FGTS e INSS (empregados e terceiros)	838	952
Provisão de férias/ 13 ^º e encargos	2.138	1.725
Outros proventos e encargos	871	868
Total trabalhista	<u>4.012</u>	<u>3.711</u>
Tributárias		
Outros tributos e taxas	331	366
Total tributárias	331	366
Total obrigações trabalhistas e tributárias	<u>4.343</u>	<u>4.077</u>

13. Provisões para riscos processuais fiscais, trabalhistas e cíveis

Sumários dos passivos contingentes contabilizados

A Companhia é parte integrante em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais e melhores estimativas de sua Administração. As principais informações desses processos encontram-se assim representadas:

Processos	31/12/2022	31/12/2021
Contingências para reclamações trabalhistas	1.931	1.959
Total	1.931	1.959
Movimentação	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.959	1.545
Provisões feitas durante o período	810	414
Provisões revertidas durante o período	(838)	-
Saldo final	1.931	1.959

Contingências trabalhistas

A maior parte dessas reclamações trabalhistas envolve reivindicações de horas extras, horas *in-itinere*, insalubridade e Artigo no 253 à CLT a funcionários. Com base no posicionamento dos assessores jurídicos patrocinadores dessas demandas judiciais e experiência acumulada pela Administração em casos semelhantes, foram estabelecidas provisões para as ações trabalhistas, cuja estimativa é provável de perda.

Outros processos (expectativa de perda possível)

Trabalhista e previdenciário

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía em andamento outros processos de natureza trabalhista (Ações Cíveis Públicas) e processos previdenciários, no montante de aproximadamente R\$ 5.334 (R\$ 4.246 em 31 de dezembro de 2021), cuja probabilidade é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

ICMS

A Companhia possui alguns autos de infração referentes a divergência na memória de cálculo na base do ICMS e ICMS-ST aplicando a redução sobre suas operações no estado de Minas Gerais, São Paulo e Goiás bem como remessa de mercadoria para armazenagem para empresa sem CNAE de armazenagem. Em 31 de dezembro de 2022, o montante envolvido nesses processos, cuja probabilidade é possível de perda, é de aproximadamente R\$ 30.062 (R\$ 27.868 em 31 de dezembro de 2021).

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24/IAS 10 Eventos Subsequentes, não resulta em impactos em suas demonstrações de 31 de dezembro de 2022.

14. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação dos saldos e das despesas de imposto de renda e contribuição social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado antes dos impostos	(19.174)	(26.725)
Adições		
Diferenças permanentes	957	1.040
Diferença de depreciação fiscal vs contábil (vida útil)	10.711	10.713
Exclusões		
Diferenças permanente	(959)	(180)
Diferença de depreciação fiscal vs contábil (vida útil)	(8.091)	(7.988)
Prejuízo fiscal	<u>(16.556)</u>	<u>(23.140)</u>
Base de cálculo após prejuízo a compensar	<u>(16.556)</u>	<u>(23.140)</u>

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, em conformidade com a legislação vigente, leia-se Lei nº 12.973/2014.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 438.621 de ações ordinárias sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2021, o capital social integralizado era de R\$ 392.420 de ações ordinárias sem valor nominal), com preço de emissão no valor de R\$ 1,00 cada, representada por títulos singulares e múltiplos).

16. Receita operacional líquida

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A, divulgando a conciliação da receita bruta tributável e outras contas de controle.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de venda de produtos - mercado interno	67.059	44.399
Receita de venda de produtos - Mercado Externo	3.495	2.123
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	<u>(6.204)</u>	<u>(4.107)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>64.350</u></u>	<u><u>42.415</u></u>

MINERVA DAWN FARMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PROTEÍNAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$ - exceto quando indicado de outra forma)

17. Despesas por natureza

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Classificados como:		
Despesas com vendas	(2.007)	(1.526)
Despesas gerais e administrativas	(11.914)	(10.757)
Outras receitas operacionais	(823)	(1.445)
Total	<u>(14.744)</u>	<u>(13.728)</u>
Despesas por natureza		
Despesas variáveis de venda	(517)	(173)
Despesas gerais administrativos e comerciais	(1.854)	(1.501)
Despesas pessoais administrativos e comerciais	(10.928)	(9.946)
Despesas com depreciação e amortização	(622)	(663)
Outras receitas e despesas	(823)	(1.445)
Total	<u>(14.744)</u>	<u>(13.728)</u>

18. Resultado financeiro líquido

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento financeiro	20	4
Outras receitas financeiras	234	83
Total Receitas financeiras:	<u>254</u>	<u>67</u>
Despesas Financeiras:		
Juros com financiamentos	-	-
Outras despesas financeiras	(51)	(69)
Total Despesas Financeiras:	<u>(51)</u>	<u>(69)</u>
Correção monetária de balanço:		
Variação Cambial Líquida	(54)	49
Resultado financeiro líquido	<u>149</u>	<u>67</u>

19. Cobertura de seguros

Os bens, interesses e responsabilidades em 31 de dezembro de 2022, estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura de eventuais riscos:

Descrição	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios	Incêndio e riscos diversos	67.056
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos diversos	133.712
Materiais e Matéria Prima	Incêndio e riscos diversos	33.440
Total		<u>234.208</u>

Administração da Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas, dada suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.